

diálogos

no espaço democrático



ISRAELENSES X PALESTINOS:

A HISTÓRIA DE UM CONFLITO QUE PARECE NÃO TER FIM



Conversa com

KARINA CALANDRIN

Doutora e mestre em
Relações Internacionais





diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD



Para assistir ao vídeo,
aponte a câmera do celular
para este código



SÃO DOIS POVOS QUE

BUSCAM AUTODETERMINAÇÃO LEGÍTIMA.

UM CONSEGUIU SE CONSOLIDAR

COMO ESTADO, O OUTRO NÃO



Em outubro de 2023, logo após o início de nova - e trágica - guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas, o antigo conflito entre israelenses e palestinos foi tema do programa “Diálogos no Espaço Democrático. A doutora em relações internacionais **Karina Calandrin** fez um detalhado relato da disputa: “São dois povos que buscam autodeterminação legítima. Um conseguiu se consolidar como um Estado, o outro não”, enfatizou ela.

Profunda conhecedora do tema, Karina estuda o choque entre israelenses e palestinos há dez anos. Doutora e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), ela foi pesquisadora visitante do departamento de *Peace and Conflict Management* da Universidade de Haifa, em Israel, e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Atualmente faz pesquisa de pós-doutorado no IRI-USP e é também professora do curso de Relações Internacionais na Universidade de Sorocaba (UNISO).

Ela foi até a segunda metade do século 19 para explicar a origem do sionismo, movimento que defende o direito à autodeterminação do povo judeu e à existência de um estado nacional judaico independente e soberano no território onde historicamente existiu o antigo Reino de Israel.

Depois da palestra, Karina respondeu questões formuladas pelo jornalista **Eduardo Mattos**, pelo economista **Luiz Alberto Machado** e pelo sociólogo **Tulio Kahn**.

Boa leitura.



Eduardo Mattos - Os olhos do mundo estão mais uma vez voltados para o Oriente Médio. Israelenses e palestinos escrevem mais um capítulo do dramático conflito que já fez milhares de mortos dos dois lados e parece muito longe de um fim pacífico. Mas qual é a origem da disputa entre israelenses e palestinos?

Quem vai contar a história secular do conflito nessa edição do programa *Diálogos no Espaço Democrático* é a doutora e mestre em relações internacionais pelo programa de pós-graduação Santiago Dantas, **Karina Calandrin**. Ela foi pesquisadora na Universidade de Haifa, em Israel, e no Instituto de Relações Internacionais da USP.

Eu sou Eduardo Mattos e acompanho essa exposição ao lado do sociólogo **Tulio Kahn** e do economista **Luiz Alberto Machado**. Doutora Karina, seja bem-vinda ao Espaço Democrático. Qual é a origem dessa história de violência?

Karina Calandrin - Obrigada pelo convite, é um prazer estar aqui com vocês, com o professor Machado, que foi meu professor da graduação. É uma história longa. Muitos acham que precisamos voltar ao período bíblico para explicar a origem do conflito, mas vou poupar a todos desta introdução

muito longa e vou começar no final do século 19, começo do século 20.

Tudo começa com a criação do sionismo, movimento de autodeterminação do povo judeu, que surge na Europa no final do século 19, no contexto do nacionalismo europeu e a partir do antissemitismo na Europa. **Theodor Herzl**, fundador do sionismo, escreveu o livro *Der Judenstaat, O Estado Judeu*, um panfleto de mais ou menos 20 páginas em que ele expõe as suas idéias, a necessidade de criação de um estado judeu por conta do antissemitismo que viviam na Europa e, principalmente, o **Caso Dreyfus**, episódio de antissemitismo que aconteceu na França. Um soldado judeu do exército francês, Alfred Dreyfus, foi acusado de traição e acabou exilado, até que uma investigação mais apurada foi conduzida e descobriram que ele não



Theodor Herzl

era o espião que passava informações para o exército alemão. Foi reintegrado à sociedade francesa. Mas o caso ganhou notoriedade. Theodor Herzl ficou sabendo deste episódio e ficou indignado porque a França se gabava de ser uma sociedade muito inclusiva, aberta. Herzl concluiu que não havia alternativa que não a criação de um estado para os judeus. Essa ideia começou a ganhar reverberação na Europa. Foi convocado o primeiro congresso sionista, já no início do século 20, do qual Herzl participou, mas divergências ideológicas entre os judeus que participavam deste primeiro congresso foram expostas logo de início e levaram a um racha do movimento sionista em diferentes grupos, com diferentes interpretações de como esse estado judeu deveria ser criado e onde deveria ser criado. Inclusive, no segundo congresso sionista Herzl foi expulso do movimento, pois as idéias dele não agradavam a maior parte dos participantes.

A partir daí houve um movimento reivindicatório para a criação de um estado judaico. Ainda não havia um consenso de onde deveria ser - posteriormente ficou decidido que o melhor lugar seria na região do Mandato Britânico na Palestina, já depois da Primeira Guerra Mundial, com a desintegração do Império Turco-Otomano. E, assim, a imigração judaica começou a se dar para aquela região. A compra de terras foi estabelecida e pressões tanto do povo árabe-palestino, que já ocupava a região, quanto dos judeus, que foram imigrando, criaram confrontos diretos com a administração britânica. Com o passar dos anos, o antissemitismo foi se tornando cada vez maior na Europa. Houve a ascensão do nazismo na Alemanha, a consolidação do Holocausto - seis milhões de judeus morreram no Holocausto, nos campos de extermínio e campos de trabalhos forçados.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha decidiu, depois de ataques terroristas que estava sofrendo, que não queria mais lidar com aquela situação, não queria mais ocupar aquele

espaço de governo da região da Palestina. Resolveu, então, passar à Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, a responsabilidade de orientar o que deveria ser feito com a região. Para isso, a ONU, em 1947, convocou uma comissão especializada para emitir um relatório sobre a situação. Esses especialistas foram até a região, fizeram um estudo da ocupação do território, da posse das terras, da população. Foi feito um estudo de como estava a situação e emitiu um parecer que sugeria que a melhor solução seria a criação de dois estados, respeitando um mapa que desenhara, no qual a maior concentração de árabes ficaria em território que seria palestino e a maior concentração de judeus no território que seria o estado judeu. Esta definição levou a uma posição contrária dos países árabes soberanos da região, que se retiraram da reunião da ONU em protesto - lembro que a ONU da época era composta por apenas 56 países, era uma organização muito limitada em relação ao que temos hoje, 193 países.



Osvaldo Aranha

A proposta feita no relatório foi aprovada por maioria simples, 50% mais um dos votos e o Brasil, que presidia a reunião na época, com Osvaldo Aranha, deu o voto de minerva, desempatou a votação que aprovou a resolução 181. Como eu disse, os países árabes se retiraram da reunião e no dia seguinte começou uma guerra civil entre árabes e judeus no território. O Mandato Britânico

acabou no dia 14 de maio de 1948, e no dia seguinte os sionistas e judeus que habitavam a região declararam a independência e foram imediatamente atacados por uma coalizão de estados árabes, com apoio da Liga Árabe, que não aceitavam que fosse instalada ali a autodeterminação de um estado que não fosse árabe.

A partir daí começou o conflito que nós conhecemos, que é uma disputa que envolve dois povos que buscam a sua autodeterminação, uma autodeterminação legítima que o estado israelense conseguiu e se consolidou, e o estado palestino não. A partir daí foram registrados vários conflitos entre estados e conflitos como vemos agora, entre Israel e o Hamas, conflitos que envolvem grupos não ligados a um estado, a uma instituição formal, mas grupos paramilitares, terroristas. A violência só tem se estendido ao longo desses anos, com inúmeras nuances.

Acredito que isto é o mais importante nesta introdução, para a gente contextualizar esse momento. Vemos na sociedade brasileira a necessidade das pessoas de se posicionarem frente ao conflito, assumindo um lado ou outro. Isso não é necessário. A história e as relações internacionais não são binárias, elas têm nuances. E muitas vezes nós vemos que os dois lados podem ter razão. Não digo o Hamas, mas o movimento palestino tem a razão de existir, é um movimento legítimo de autodeterminação do povo palestino, assim como o estado judaico, de Israel, tem o direito de existir enquanto autodeterminação do povo judeu. O que nós vemos é uma escalada de violência principalmente contra civis, o que não deveria acontecer, e que acaba dificultando ainda mais uma resolução pacífica e o reconhecimento desses dois estados, como previa a resolução de 1947.

Luiz Alberto Machado - Karina, você falou dos grupos e citou dois deles. Quais são os principais grupos existentes: Hamas, Hezbollah, Fatah...

Karina Calandrin - Nós temos a OLP, Organização para a Libertação da Palestina, que foi fundada em 1964, primeiro movimento organizado de representação do povo palestino, fundada dentro da Liga Árabe. A OLP, liderada por Yasser Arafat, foi estabelecida como um movimento para representar o povo palestino e lutar pela sua libertação, em um primeiro momento utilizando a luta armada. Isso foi colocado abertamente na carta de fundação da organização. A OLP vai realizar atos de terrorismo, principalmente no final dos anos 1960, começo dos anos 1970. Importante é que em 1964, quando a OLP foi fundada, ela teve como sede Jerusalém, que na época não estava sob comando israelense, estava sob comando jordaniano desde a primeira guerra com Israel em 1948. O território de Israel se estabelece mais ou menos como o que é hoje - com exceção da Cisjordânia, da Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental e das Colinas de Golã. Esses territórios foram posteriormente ocupados por Israel. A Cisjordânia e Jerusalém Oriental ficaram em posse da Jordânia, enquanto a Faixa de Gaza ficou sob controle egípcio. Nesse contexto, a OLP foi fundada no Cairo, mas com sede em Jerusalém. Depois da Guerra dos Seis Dias, de 1967, quando Israel conquistou Jerusalém Oriental, a OLP fugiu para território jordaniano, ao Leste da fronteira do rio Jordão. A OLP permaneceu ali até 1970, quando foi expulsa pelo governo da Jordânia no episódio conhecido como Setembro Negro, ocorrido em setembro de 1970.

A OLP, então, fugiu para o Líbano e se estabeleceu ali. O Líbano acabou tendo uma guerra civil a partir de 1975 e com ela o movimento palestino passou a ter mais liberdade para crescer e formar um estado paralelo no Sul do país. Israel, então, desenvolveu uma operação militar para expulsar a OLP daquela região, já que ela estava realizando ataques, a partir da fronteira, contra o Norte de Israel. É importante citar esta operação militar israelense porque é desse episódio que o Hezbollah é criado.



É NESTE CONTEXTO QUE, NO FINAL DOS ANOS 1980, EM 1987, ACONTECE A PRIMEIRA INTIFADA, O PRIMEIRO LEVANTE PALESTINO CONTRA A OCUPAÇÃO ISRAELENSE DOS TERRITÓRIOS. É NESTE LEVANTE QUE SURGE O HAMAS COMO UM REPRESENTANTE DOS PALESTINOS DENTRO DOS TERRITÓRIOS PALESTINOS, UMA VEZ QUE A OLP ESTAVA NA TUNÍSIA. A CRIAÇÃO DO HAMAS PEGOU A PRÓPRIA OLP DE SURPRESA, JÁ QUE NÃO ESPERAVA A CRIAÇÃO DE UM GRUPO QUE, DIFERENTEMENTE DA OLP, DESDE A SUA CARTA DE FUNDAÇÃO, SE COLOCAVA COMO UM GRUPO RELIGIOSO, FUNDAMENTALISTA ISLÂMICO E SUNITA, APESAR DE RECEBER APOIO DO IRÃ.



Falando dos grupos que importam para o conflito, o Hezbollah é um deles. Não é ligado à causa palestina, é um grupo libanês. Hoje tem inclusive cadeiras no parlamento libanês, atua na política, mas também tem um braço armado que realiza ataques terroristas contra Israel e é financiado pelo Irã. Também atua na guerra da Síria. É um grupo armado que tem experiência militar muito significativa e que Israel já enfrentou em uma outra guerra, em 2006, que é chamada de segunda guerra no Líbano. O Hezbollah surgiu a partir de grupos xiitas durante a guerra civil libanesa, de muçulmanos, e é financiado, apoiado e treinado pelo Irã, que já havia passado por sua revolução em 1979 e já se colocava como um estado teocrático xiita. O Irã apoiou outros movimentos xiitas ao redor do mundo e incentivou a criação do Hezbollah no Líbano.

A partir dessa guerra, com a criação do Hezbollah, a OLP foi expulsa do Líbano para se refugiar na Tunísia. Foi o último refúgio da OLP antes dos Acordos de Oslo, com Israel, em 1993. Os territórios da Cisjordânia e de Gaza não tinham um grupo que representasse os palestinos dentro dos territórios. É neste contexto que, no final dos anos 1980, em 1987, acontece a primeira Intifada, o primeiro levante palestino contra a ocupação israelense dos territórios. É neste levante que surge o Hamas como um representante dos palestinos dentro dos territórios palestinos, uma vez que a OLP estava na Tunísia. A criação do Hamas pegou a própria OLP de surpresa, já que não esperava a criação de um grupo que, diferentemente da OLP, desde a sua carta de fundação, se colocava como um grupo religioso, fundamentalista islâmico e sunita, apesar de receber apoio do Irã. A OLP, ao contrário, sempre teve, desde a sua fundação, uma separação clara entre a política e a religião. Apesar de ter maioria muçulmana, eles entendem que há palestinos cristãos e que por isso o movimento não poderia ter um caráter religioso.

E o Hamas começou a realizar ataques a Israel, inclusive muito mais violentos que os que a própria OLP fazia. E a OLP, a partir da primeira intifada, que terminou em 1993, entendeu que era necessário abrir diálogo com Israel. Na época, as lideranças políticas israelenses, lideradas por **Yitzhak Rabin**, que foi primeiro-ministro, entenderam o mesmo e passaram a criar uma negociação com os palestinos, que culminou com a assinatura dos Acordos de Oslo, em 1993. Com a assinatura dos Acordos de Oslo foi estabelecida a Autoridade Nacional Palestina (ANP), com sede em Ramallah, na Cisjordânia, e que possibilitou que a OLP migrasse para lá e se estabelecesse como um grupo político, agora não mais violento. Eles eliminaram a luta armada da sua carta de fundação e se tornaram um grupo essencialmente político de representação dos palestinos dentro dos territórios da Cisjordânia e de Gaza.

Só que a Autoridade Nacional Palestina também se propôs a ser uma organização democrática em seus princípios. Então, foi necessária a disputa de eleições, de formação de um conselho que represente um parlamento da ANP, e os grupos políticos começaram a surgir. O Fatah é um desses grupos. Já existia dentro da OLP, também fundado por Yasser Arafat, e se tornou o principal grupo político dentro da Autoridade Nacional Palestina. O Hamas se tornou um grupo adversário da Fatah, e dentro dessas disputas internas na Autoridade Nacional Palestina ocorreu uma cisão entre o Hamas e a Fatah, levando o Hamas a tomar conta da Faixa de Gaza, em 2007, após as eleições de 2006, em que eles venceram a Fatah por uma pequena maioria. Isso levou a uma cisão. A Fatah não reconheceu o Hamas, naquele momento, como um grupo que pudesse representar o povo palestino. Com a cisão, Gaza passou a ser controlada pelo Hamas, que é governo até hoje, enquanto a Cisjordânia continua sob o comando da Autoridade Nacional Palestina.

Tulio Kahn - Karina, toda guerra ou disputa costuma gerar um deslocamento em massa de populações das áreas atingidas. Eu mesmo sou descendente de alemães e poloneses que, durante a Segunda Guerra Mundial, foram obrigados a sair de seus países. Vieram para o Brasil, se integraram. O que sempre me chamou a atenção é que na Guerra da Independência de 1948 havia cerca de 800 mil judeus - população judaica que também foi forçada a emigrar e se integrou, seja em Israel, no Brasil, ou em diversos países do mundo. Na Guerra da Independência, as estatísticas sugerem que 700 mil palestinos ou fugiram ou foram expulsos. Por que esta população palestina nunca se integrou em nenhum dos 19 países árabes e foi mantida em campos de refugiados no Líbano, na Jordânia - veja que o próprio Egito, que tem fronteira com Gaza, não libera a entrada de palestinos. Gostaria que você explicasse essa especificidade. Existe, na ONU, uma divisão específica para cuidar de refugiados palestinos. E isso não existe para refugiados de nenhum outro país em guerra. Por que essa situação é mantida, mesmo depois de 75 anos da Guerra da Independência?

Karina Calandrin - Excelente pergunta. Acho que muitas vezes esse ponto não aparece no debate público no Brasil. Vou citar um livro que foi lançado, se não me engano, em 2021, em português, de um jornalista israelense e uma política israelense (*Adi Schwartz e Einat Wilf*), chamado *A Guerra do retorno*. É um livro interessante, apesar de eu ter algumas críticas a ele. Aborda uma situação muito interessante, que é a atuação da ONU, que criou uma organização separada que lida com os refugiados palestinos. E ela tem uma interpretação de quem são os refugiados palestinos, diferente da outra organização da ONU, que cuida dos outros refugiados em geral, do resto do mundo, o ACNUR, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. E vou citar um exemplo.



Nós temos, infelizmente, refugiados em várias regiões do mundo - sírios, ucranianos, venezuelanos. Quando um venezuelano vem para o Brasil como refugiado, se estabelece aqui, e porventura constitui família aqui, tem filhos, este filho dele é brasileiro, nasceu em solo brasileiro, é um cidadão brasileiro, vai ter todos os direitos de um brasileiro e obviamente não é considerado um refugiado. No caso dos palestinos, a ONU interpreta que todos os filhos, netos e bisnetos desses 700 mil palestinos que foram expulsos ou fugiram desta guerra de 1948 são considerados refugiados. Então, é uma população de refugiados que cresce exponencialmente. E nós estamos falando de gerações: os 700 mil foram expulsos em 1948 e agora temos seus filhos, netos e até bisnetos considerados refugiados pela ONU. Os descendentes de palestinos que

nascem no Brasil são brasileiros, apesar de a ONU considerá-los na conta de refugiados.

No caso de muitos países árabes, e vou dar destaque para o Líbano, que estudei mais profundamente na minha tese de doutorado, eles têm status diferenciado, assim como em alguns outros países árabes. Os países se utilizam desta resolução da ONU, dessa interpretação, para não dar a eles cidadania completa. No caso do Líbano, há campos de refugiados até hoje, com palestinos que nascem em território libanês, mas são considerados refugiados e vivem em campos de refugiados. No documento libanês deles está escrito que são palestinos e há uma diferenciação nos direitos civis - direitos e deveres - deles na sociedade libanesa. Eles não podem exercer certas profissões, não podem integrar certos sindi-

catos, não podem exercer cargos públicos. Então, há uma total separação do palestino na sociedade libanesa, que impede a integração. Não é nem falta de vontade dele de se integrar, são barreiras legais e políticas que impedem a integração.

O episódio do Setembro Negro, na Jordânia, não levou apenas à expulsão da OLP como movimento político, mas também de civis palestinos que estavam lá como refugiados. Foram expulsos da Jordânia e muitos se refugiaram em outros países da região, como o Líbano, onde a OLP se instalou, mas na Síria, na Arábia Saudita, no Iraque. Acabaram se espalhando pela região porque não tinham, na Jordânia, espaço para viver, mesmo aqueles que haviam nascido na própria Jordânia. Então, considerando que isto aconteceu em 1970 e eles estavam na Jordânia desde 1948, 1949, já havia uma geração de pessoas que haviam nascido na Jordânia, mas que não eram consideradas membros completos da sociedade jordaniana e cidadãos jordanianos. Isto é algo que tem que ser levado em consideração e que não vejo aparecer muito no debate público. A população palestina não é integrada totalmente às sociedades onde está - árabes, principalmente - pelas razões dos próprios estados árabes e também pela interpretação que a ONU deu, de quem são os refugiados palestinos.

Por isso, inclusive, esta questão dos refugiados é um ponto de impasse para a paz. Este ponto não foi colocado no escopo dos Acordos de Oslo porque não se chegava a um consenso. Muitos dos refugiados de hoje, os descendentes, exigem a possibilidade de um retorno para seus lugares de origem, só que muitas dessas cidades em que eles viviam até 1948 não estão na Cisjordânia ou na Faixa de Gaza, estão dentro de Israel. Então, eles pedem um retorno para o Estado de Israel, o que Israel não aceita por conta até de um balanço demográfico. Israel já cedeu, no ano 2000, ao retorno dos refugiados que estão vivos, obviamente, de 1948. Então, esses refugiados poderiam retornar, mas a exigência da repre-



sentação palestina na época era de que todos que são considerados refugiados pela ONU e quisessem voltar poderiam, e isso Israel não aceita. Então, isso acrescenta mais um ponto de impasse nesse qua-

dro, o que prejudica a vida dos civis palestinos.

Eu quero citar uma outra obra, um filme muito interessante, um filme libanês que se chama O insulto. É um filme recente, de 2018 ou 2019, que se

não me engano está no Amazon Prime. Foi exibido no cinema, aqui no Brasil, e concorreu ao Oscar. É muito interessante porque mostra esse ressentimento que existe entre palestinos e libaneses.

Mostra uma situação entre um libanês e um palestino que acabam se insultando. E essa batalha é levada para um tribunal. Este conflito é um exemplo do racha, desses ressentimentos que existem entre libaneses e palestinos.

Eduardo Mattos - Karina, voltando a 1948, à questão histórica, parece que a comunidade internacional não conduziu bem a saída dos britânicos da região. Você poderia detalhar como os britânicos saíram daquela região e o que poderia ter sido feito para que isso acontecesse de forma a provocar menos conflitos?

Karina Calandrin - A comunidade internacional e a ONU não fizeram a mediação que deveria ter sido realizada em relação à situação do Mandato Britânico da Palestina e à retirada deles. Os britânicos já tinham uma administração muito desgastada na região por conta dos ataques que sofreram e que - estamos considerando o período pós-Segunda Guerra Mundial, na qual a Grã-Bretanha esteve diretamente envolvida - representaram um grande custo político, econômico e humano para o país. Eles já não queriam permanecer ali e por isso pediram para a ONU intervir. Estavam desgastados com a guerra civil que se iniciou no final de 1947 e se prolongou até maio de 1948, quando terminou oficialmente o Mandato Britânico. E aí se iniciou a guerra estatal, isto é, o combate dos estados árabes contra Israel.

O Império Britânico queria sair da região, mas a retirada não foi negociada por outras questões relevantes daquele momento - a guerra fria, por exemplo -, e as potências da época não sentiram que era necessária a intervenção delas. E era muito necessária. O mandato dos britânicos acabou - eles se retiraram oficialmente em 14 de maio de 1948 - e os países árabes, a partir do momento em que não havia mais o Império Britânico administrando a região, aproveitaram para invadir.

O que aconteceu naquele momento é que Israel venceu a guerra porque teve ajuda direta de franceses e ingleses, que estavam na região a partir do Acordo de Sykes-Picot. Assim, não houve a consolidação do estado palestino, que era necessária a partir da intervenção das potências, da intervenção da comunidade internacional. Isso não aconteceu, primeiramente, porque os países árabes que poderiam apoiar o estabelecimento de um estado palestino não aceitavam a criação do estado de Israel - eles não queriam dois estados, queriam apenas um, palestino. E não trabalharam para a construção de um estado palestino na região.

O mesmo aconteceu depois da guerra, quando Cisjordânia e Gaza ficaram sob o governo de Jordânia e Egito. Eles poderiam ter criado um estado palestino, apoiado um estado palestino naquele momento, e não o fizeram porque entendiam que todo o território tinha que ser palestino, não aceitavam um estado judeu. Este é um ponto que a comunidade internacional deveria ter solucionado, atuado de melhor maneira, mas não fez. Acredito que por diversas razões, o contexto da época, o fim da Segunda Guerra Mundial, tenha propiciado isto. Mas é uma situação que demonstra o erro que foi cometido lá atrás, com o conflito perdurando até hoje.

Luiz Alberto Machado - Eu gostaria de fazer duas observações. A primeira é que, de certa forma, dá para estabelecer um paralelo - e encaixar neste contexto de fim de Segunda Guerra - entre Israel e Palestina e Índia e Paquistão. O Império Britânico, em fase de descolonização, não conseguiu conduzir, em nenhum dos dois casos, a uma situação satisfatória. E nos dois casos temos repercussões até os dias de hoje. A segunda observação é que sempre me interessou. Eu sou parente distante do **Oswaldo Aranha** e quando estava na direção da Faap (*Fundação Armando Álvares Penteado*), organizei três excursões para Israel - Os caminhos de Abraão - e



fiz parte de uma delas com minha esposa, embora o **William Waack** fosse o coordenador. Eu tive uma sensação, e gostaria que você dissesse se ela é correta ou não. Sempre me incomodou o fato de Israel ser tão pequeno, cercado de tantos países árabes inimigos, e prevalecer, sobreviver com tanta tranquilidade, e os palestinos, que teoricamente deveriam ter o apoio de todos esses países árabes, jamais conseguem evoluir, sair desta situação que, como você disse, permanece incerta até hoje. A sensação que eu tenho é de que os países árabes tratam os palestinos como os primos pobres, os chatos, e nunca deram o apoio decisivo aos palestinos. Eu estou errado nesta sensação?

Karina Calandrin - Não, eu compartilho dessa percepção exatamente porque houve oportuni-

des em que os países árabes poderiam ter conduzido à criação de um estado palestino e não o fizeram. A minha interpretação, principalmente nos primeiros anos, a partir de 1948, com as guerras posteriores em 1956, 1967 e 1973, é de que o interesse não era ajudar os palestinos, o interesse não era criar um estado palestino. O interesse era exterminar Israel, acabar com Israel. Porque a percepção que eles tinham - e é o discurso que têm até hoje - é de que Israel é uma potência ocupante, que seriam ocidentais ocupando espaços que já tinham sido ocupados pelos britânicos. Então, seriam outros europeus ocupando um espaço que não seria deles de direito. Essa interpretação acabou prejudicando muito os palestinos, que poderiam ter tido um estado criado. Novamente eu reitero: nos quase 20 anos de dominação jordaniana e egípcia nos territórios de

Gaza e Cisjordânia, esse estado palestino poderia ter sido criado antes mesmo da ocupação israelense, antes mesmo dos assentamentos, que hoje são um problema muito grave. Este estado poderia ter sido criado e esse problema, resolvido.

Há uma frase muito famosa de **Ben Gurion** (primeiro-ministro de Israel após a proclamação da independência). Obviamente houve judeus e sionistas que não ficaram satisfeitos com a divisão do território, queriam todo o território também – até hoje há israelenses que querem todo o território. E a frase de Ben Gurion é a seguinte: “Entre a terra de Israel e o estado de Israel, ficamos com o estado de Israel”. Então, era melhor alguma coisa do que nada. Essa era uma interpretação que ele tinha, obviamente também fruto de toda a devastação que foi o Holocausto. Era melhor aceitar alguma coisa, ter a soberania sobre algum território, do que nenhum. E não foi a interpretação que os países árabes tiveram e que os palestinos tiveram até os Acordos de Oslo.

E hoje o Hamas tem a mesma interpretação. O Hamas não quer só o estado palestino, quer também a destruição de Israel. Não quer dois estados para dois povos. E isso aumenta o conflito porque, quando temos um lado que não se coloca para negociar em hipótese alguma, não há solução possível. E é por isso que são tão importantes as negociações que Israel tem feito recentemente. É curioso que no dia em que o Hamas cometeu os atentados atuais, dia 7 de outubro, a assinatura de um acordo entre Israel e a Arábia Saudita estava muito próxima. E compartilho aqui o ponto de vista de um jornalista luso-israelense chamado **Henrique Cymerman**, de que esses acordos com os países árabes poderiam enfim conduzir à paz entre Israel e Palestina, principalmente o acordo com a Arábia Saudita, que é líder do mundo árabe. E agora vemos que a ação do Hamas fez com que os acordos não fossem assinados. A Arábia Saudita está esperando o desfecho dessa



situação para ver se retoma as negociações. Novamente os civis palestinos são os mais prejudicados porque um processo que poderia ser conduzido pela Arábia Saudita na região foi postergado, não sabe-

mos por quanto tempo, porque o Hamas resolveu atacar porque não aceita a existência de um estado de Israel na região, o que prejudica ainda mais o direito à autodeterminação dos palestinos.

Tulio Kahn - Quem vê a situação de fora, de forma simplificada, pode perder as nuances, esses diversos atores. Por exemplo, os árabes que permaneceram em Israel depois da Segunda Guerra. Hoje,

20% da população de Israel é de origem árabe. São cidadãos israelenses que estão em melhores condições que os palestinos, que vivem como refugiados e não obtiveram cidadania dos países onde foram abrigados. Eles estão bastante integrados à sociedade israelense. E o estado de Israel tem uma convivência pacífica com Jordânia, Egito e com a própria autoridade palestina na Cisjordânia - as autoridades de segurança trocam informações. Você falou sobre o Líbano e há uma coisa interessante - o Brasil tem muitos descendentes de libaneses, sírios. Durante a guerra civil do Líbano houve o envolvimento de Israel e, salvo engano, cristãos e israelenses estavam atuando conjuntamente. Eu gostaria que você explicasse um pouco mais este contexto da diversidade da guerra civil do Líbano.


Karina Calandrin - Houve um primeiro conflito civil no Líbano pouco após a sua independência, ainda na década de 1950. Com o cessar-fogo, foi estabelecido um sistema de governo que tenta mediar a situação ética e religiosa, estabelecendo o que chamaram de democracia étnica. Neste contexto de democracia étnica ficou definido que o parlamento teria cotas específicas para os grupos religiosos - considerando cristãos, muçulmanos - e que sempre que o presidente fosse cristão, o primeiro-ministro seria muçulmano e vice-versa. Tentaram estabelecer esse sistema para respeitar a diversidade e apaziguar as relações. O problema é que a população muçulmana cresceu mais que a cristã e o sistema se manteve o mesmo, de cotas, dentro do parlamento. Ocorreu a super-representação dos cristãos em contraposição a uma sub-representação dos muçulmanos.

Isso levou ao desagrado dos muçulmanos, elevando as tensões, até que em 1975 começou a segunda guerra civil. Muçulmanos e cristãos se enfrentaram e um dos principais grupos entre os cristãos foi o Falange, que tinha um caráter diferenciado. Não eram só cristãos, se entendiam como não árabes,


descendentes dos fenícios, o que também trouxe para a ótica do conflito um caráter de preconceito étnico, de racismo em relação aos árabes. E por se considerarem fenícios, se achavam superiores aos árabes, mais civilizados, mais desenvolvidos. Utilizavam muito o idioma francês, fruto da colonização francesa na região. O fato é que toda essa situação fez as tensões se elevarem e a guerra civil se consolidou. Naquele momento, a OLP estava atuando no Líbano e embora não tenha se envolvido inicialmente, usou a guerra civil para desenvolver melhor as suas operações - ela era um para-estado dentro do Líbano, de onde atacava Israel, que se envolveu na guerra. Na minha opinião, e também de muitos outros especialistas, este envolvimento seria o Vietnã israelense porque Israel expandiu o seu viés de operação para além da expulsão da OLP do Líbano.

A Operação Paz na Galileia havia sido planejada para durar 72 horas, deveria ser uma operação pontual para expulsar a OLP do Líbano e acabar com a ameaça terrorista. A operação expandiu seus objetivos, Israel se envolveu na guerra civil libanesa. Isso por uma percepção de que se os maronitas, os cristãos libaneses, vencessem a guerra, o Líbano seria um aliado de Israel no Oriente Médio. Faria um acordo de paz com Israel e se estabeleceria como um aliado na região. Essa interpretação é conduzida, a meu ver, de forma incorreta.

Na minha tese de doutorado eu pude analisar documentos e relatórios do próprio Mossad, que tinha infiltrados no Líbano, inclusive nas comunidades maronitas. Mostram que os maronitas tinham a consciência de que, se ganhassem a guerra, não iriam governar sozinhos, mas também com os muçulmanos. Então, a concepção do estado libanês não seria a de um estado cristão, que poderia se relacionar com Israel. Seria um estado liderado por cristãos, mas de maioria muçulmana. Isso não foi considerado pelas análises israelenses. E fez com que Israel se envolvesse diretamente na guerra



A OPERAÇÃO PAZ NA GALILEIA HAVIA SIDO PLANEJADA PARA DURAR 72 HORAS, DEVERIA SER UMA OPERAÇÃO PONTUAL PARA EXPULSAR A OLP DO LÍBANO E ACABAR COM A AMEAÇA TERRORISTA. A OPERAÇÃO EXPANDIU SEUS OBJETIVOS, ISRAEL SE ENVOLVEU NA GUERRA CIVIL LIBANESA. ISSO POR UMA PERCEPÇÃO DE QUE SE OS MARONITAS, OS CRISTÃOS LIBANESES, VENDESSEM A GUERRA, O LÍBANO SERIA UM ALIADO DE ISRAEL NO ORIENTE MÉDIO. FARIA UM ACORDO DE PAZ COM ISRAEL E SE ESTABELEceria COMO UM ALIADO NA REGIÃO. ESSA INTERPRETAÇÃO É CONDUZIDA, A MEU VER, DE FORMA INCORRETA.



civil e apoiasse os maronitas. Inclusive, nos dois massacres nos campos de refugiados palestinos na periferia de Beirute, Sabra e Chatila, Israel não perpetró os ataques, foram os maronitas, mas Israel cercou Beirute e permitiu que os maronitas entrassem no território. Isso levou a uma comissão de inquérito em Israel e o primeiro-ministro Ariel Sharon foi condenado por ter permitido o massacre.

É por isso que nós temos muitos refugiados provenientes da guerra civil do Líbano - muitos dos libaneses que emigraram para o Brasil fugiram da guerra, exatamente desta guerra civil. Isto prejudicou a relação de Israel com o Líbano. Existe um ressentimento muito grande do Líbano com Israel por causa desta operação e também pela operação de 2006, que foi contra o Hezbollah.

Eduardo Mattos - Olhando em retrospecto você diria que a melhor oportunidade para um processo estável de paz na região tenha sido perdida com os Acordos de Oslo?

Karina Calandrin - Os acordos de Oslo não atingiram o seu objetivo por dois motivos - e existe responsabilidade palestina e responsabilidade israelense. Temos que lembrar que dois anos após a assinatura dos acordos de Oslo o primeiro-ministro Yitzhak Rabin, que foi Prêmio Nobel da Paz juntamente com Yasser Arafat e **Shimon Perez**, foi assinado a tiros depois de um comício pela paz em Tel Aviv, por um israelense judeu, extremista, que não aceitava os Acordos de Oslo. Isso possibilitou que grupos que eram contrários aos Acordos de Oslo chegassem ao poder. E esses grupos eram liderados pelo atual primeiro-ministro, **Benjamin Netanyahu**, que assumiu o governo pela primeira vez em 1996, até 1999.

Na visão dele, os acordos não tinham sido favoráveis a Israel. Então, não deveriam seguir com os acordos, porque em 1993 haviam sido pensados para ser provisórios, a cada cinco anos as partes iam

se encontrar e avançar abordando questões que não tinham sido colocadas em primeiro lugar, como a questão dos refugiados, a divisão de Jerusalém e os assentamentos judaicos nos territórios da Palestina. Netanyahu paralisou as negociações. Ele até se encontrou com Arafat em 1998, cinco anos após os acordos iniciais, mas não houve avanço nenhum.

Depois foram registradas duas tentativas fracassadas de retomar as renegociações por parte dos palestinos. Em 2000, com a Cúpula de Camp David, e depois em 2008, com **Ehud Olmert**, quando Israel cede bastante, inclusive com a própria divisão de Jerusalém, que Arafat não aceita - ele já estava no fim da carreira política e falece pouco tempo depois. Ele já não tinha mais força política para engajar os grupos palestinos que não aceitavam o acordo com Israel, como o próprio Hamas. Nesse contexto, as negociações são paralisadas.

Em 2005, o governo de Ariel Sharon faz a retirada unilateral de Gaza. Os assentamentos que existiam em Gaza foram desocupados. Isto foi muito criticado em Israel, tanto pela direita quanto pela esquerda. Pela esquerda porque esses acordos não foram negociados com os palestinos. Não teve nenhum tipo de negociação, de conversa diplomática com a Autoridade Nacional Palestina para se retirar. E a direita acusou o governo de Ariel Sharon de ter possibilitado que o Hamas controlasse Gaza a partir de 2007. Esta situação acabou impedindo qualquer tipo de acordo de paz.

Em 2008, quando houve a tentativa do Ehud Olmert, foi o primeiro conflito do Hamas com Israel, em Gaza, o que acabou impedindo também a assinatura de um acordo de paz naquele momento. Em 2009, Netanyahu voltou ao poder e a posição dele é conhecida, a mesma dos anos 1990, de que não há parceiros para uma negociação. Isso o colocou em uma zona de conforto: se ele diz que não há parceiros para negociação, não faz nada. Ele diz

que a Autoridade Nacional Palestina é fraca e não representa os palestinos. E o Hamas é terrorista, e ele não negocia com terroristas. Isso dificulta ainda mais o processo de paz.

Por isso é muito comum dizerem que quando enfraqueceu e deslegitimou a Autoridade Nacional Palestina como único representante do povo palestino, como acordado em Oslo, Israel fortaleceu o Hamas. Então, ali há um compartilhamento de responsabilidades pela situação que temos hoje. Não houve negociação por parte dos israelenses, os assentamentos só aumentaram na Cisjordânia e o Hamas efetua cada vez mais ataques terroristas - e o último, do dia 7 de outubro, foi o pior da história.

Eduardo Mattos - Dra. Karina, nós, do Espaço Democrático, agradecemos muito a sua aula sobre este conflito e deixamos o espaço aberto para um último recado seu.

Karina Calandrin - Quero agradecer muito ao Espaço Democrático. Na minha opinião, a única solução possível para o conflito Israel-Palestina são dois estados para dois povos. Nenhuma resolução de estado único, mesmo que todos os cidadãos árabes em Israel tenham cidadania, mesmo que seja um estado democrático, onde todos tenham cidadania e direitos garantidos, isto não apaga o sentimento de busca por autodeterminação tanto de judeus quanto de palestinos. E esse sentimento é legítimo e tem que ser reconhecido. Então, não vejo outra solução que não seja a de dois estados vivendo lado a lado e, obviamente, em paz.

Eduardo Mattos - Obrigado. Agradeço também ao professor Luiz Alberto Machado, ao cientista social Tulio Kahn e a você que acompanhou mais este programa "Diálogos no Espaço Democrático". Até o próximo.



<p>Presidente Alfredo Cotait Neto</p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo</p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha</p> <p>Secretária Ivani Boscolo</p> <p>Diretor Superintendente João Francisco Aprá</p>	<p>Conselho Consultivo</p> <p>Presidente Guilherme Afif Domingos</p> <p>Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Cláudio Lembo Omar Aziz Otto Alencar Rafael Greca Ricardo Patah</p>	<p>Conselho Superior de Orientação</p> <p>Presidente Gilberto Kassab</p> <p>Conselheiros Antonio Brito Belivaldo Chagas Carlos Massa Ratinho Junior Eduardo Braide Eduardo Paes Fuad Noman Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Rodrigo Pacheco Samuel Hanan Topazio Silveira Neto</p>
---	---	---



www.espacodemocratico.org.br